

ATA N.º 16/2012

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 40 minutos

Encerramento: 16 horas e 34 minutos

No dia doze do mês de abril de dois mil e onze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor António José Ganhão, Presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Ana Isabel Oliveira Reis Casquinha
Carlos António Pinto Coutinho
José António Salvador Rodrigues da Avó
Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos
Maria Gabriela Gambóias dos Santos
Miguel António Duarte Cardia

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e quarenta minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	Departamento Municipal Administrativo e Financeiro		
	Gestão e Controle do Plano e Orçamento		
1	Apresentação dos Documentos de Prestação de Contas - Exercício de 2011		
2	1. ^a Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano		
	Inventário e Cadastro		
3	Inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do património do Município de Benavente / Exercício de 2011		

Secretariou o Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, Coordenadora Técnica.

02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro

02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento

Ponto 1 - APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2011

Apresentam-se os documentos de prestação de contas do exercício de 2011, de acordo com a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Número	Código POCAL	DESIGNAÇÃO	Grupo 1	Tribunal Contas
1	5	Balanço	x	x
2	6	Demonstração de resultados	x	x
3	7.1	Plano plurianual de investimentos	x	
4	7.2	Orçamento (resumo)	x	
5	7.2	Orçamento	x	
6	7.3.1	Controlo orçamento da despesa	x	x
7	7.3.2	Controlo orçamento da receita	x	x
8	7.4	Execução do plano plurianual de investimentos	x	
9	7.5	Fluxos de caixa	x	x
10	7.5	Contas de ordem	x	x
11	7.6	Operações de tesouraria	x	x
12	8.1	Caracterização da entidade	x	x
13	8.2	Notas ao balanço e à demonstração de resultados	x	
14	8.3.1.1	Modificações do orçamento - Receita	x	
15	8.3.1.2	Modificações do orçamento - Despesa	x	
16	8.3.2	Modificações ao plano plurianual de investimentos	x	
17	8.3.3	Contratação administrativa - Situação dos contratos	x	x
18	8.3.4.1	Transferências correntes - Despesas	x	
19	8.3.4.2	Transferências capital - Despesas	x	
20	8.3.4.3	Subsídios concedidos	x	
21	8.3.4.4	Transferências correntes - Receitas	x	
22	8.3.4.5	Transferências de capital - Receitas	x	
23	8.3.4.6	Subsídios obtidos	x	
24	8.3.5.1	Ativos de rendimento fixo	x	
25	8.3.5.2	Ativos de rendimento variável	x	
26	8.3.6.1	Empréstimos	x	x
27	8.3.6.2	Outras dívidas a terceiros	x	
28	13	Relatório de gestão	x	x
		Outros documentos:	x	
29		Guia de remessa	x	x
30		Ata da reunião em que foi discutida e votada a	x	x

		conta		
31	2.9	Norma de controlo interno e suas alterações	x	x
32	12.2.9	Resumo diário de tesouraria	x	
33		Síntese das reconciliações bancárias	x	x
34		Mapa de fundos de maneio	x	
35		Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais	x	
36		Relação de acumulação de funções	x	
37		Relação nominal de responsáveis	x	x

Da execução orçamental do ano de 2011, resultou um saldo para a gerência seguinte de 124.296,26 €.

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta do órgão executivo.

Desta forma, em cumprimento da referida norma legal, a Câmara Municipal de Benavente propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de -519.904,01 €, seja aprovado.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE solicitou ao Senhor Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Dr. Hermínio da Fonseca, que fizesse uma breve apresentação dos documentos.

O SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, Dr. Hermínio da Fonseca, observou que o Balanço diminuiu em termos líquidos, porque os resultados dos últimos anos têm sido negativos e, ao serem absorvidos, provocam essa diminuição.

Referiu, que a Demonstração de Resultados apresenta um valor negativo que, embora indiciue uma tendência de melhoria, correspondendo a menos de metade do resultado negativo do ano anterior, ainda demonstra um desequilíbrio entre Proveitos e Custos, essencialmente originado pela quebra muito significativa das receitas, nomeadamente dos impostos diretos.

Realçou a diminuição da atividade da própria Câmara Municipal, porque os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, quase decaem para metade.

Transmitiu, que os Custos com Pessoal também sofreram uma quebra considerável, fruto da diminuição do número de trabalhadores, bem como das medidas do Orçamento de Estado, que impôs o corte das remunerações acima dos mil e quinhentos euros.

Disse, que o aumento do Imobilizado Bruto se prende com os Bens Inventariados e com os que se encontram em curso, sendo que a Circular Urbana de Samora Correia e o Centro Escolar do Porto Alto são os bens com maior significado.

Explicitou, que a Reavaliação/Ajustamento de vinte e dois mil euros nos Edifícios e Outras Construções é um ajustamento negativo pela revisão de preços do Centro Escolar de Samora Correia, pelo facto de a inflação ter sido negativa no ano de dois mil e nove, originando a diminuição do valor da obra e do próprio bem.

Disse, que embora os Senhores Vereadores estejam na posse dos mapas detalhados da Execução Orçamental, tanto da Receita como da Despesa, importa realçar que a Câmara Municipal iniciou o ano com um Saldo de Gerência de apenas duzentos e oitenta e oito mil euros.

Referiu, que o total da Execução Orçamental se situou nos dezassete milhões, novecentos e sessenta e cinco mil euros, valor que, apesar de tudo, tem um acréscimo

de trezentos mil euros em relação à Execução Orçamental do ano anterior, que se prende essencialmente com mais um milhão de euros de Receita de Capital e consequente Despesa de Capital, relativo a obras do QREN.

Acrescentou, que embora tenha havido uma quebra considerável nos Impostos Diretos, esta não se reflete da mesma forma em termos orçamentais, porque houve muitas restituições e o montante está inscrito pelo seu valor global, não estando refletido o custo das restituições de impostos.

Afirmou, que a evolução das Receitas Correntes tem-se mantido, nos últimos três anos, na ordem dos catorze milhões de euros, estando as Receitas de Capital muito dependentes dos Fundos Comunitários.

Explicitou, que as Despesas Correntes já passaram a ter tendência de diminuição, sendo que futuramente terão que diminuir muito mais.

Afirmou, que o conjunto de rácios disponibilizados permitem ter uma noção da estrutura, dos graus de endividamento e do grau de investimento, sendo possível verificar, no que respeita ao endividamento de médio e longo prazo, que embora se tenha diminuído a dívida, as amortizações e os juros subiram no peso total.

Observou, que existem nos rácios alguns indicadores sobre o pessoal da Autarquia e a respetiva estrutura, nomeadamente a diminuição do número de trabalhadores ao serviço, bem como a manutenção da estrutura em termos de sexo e de habilitações literárias, sendo que em termos financeiros, o peso das despesas com pessoal nas Despesas Correntes diminuiu face ao ano anterior.

Realçou, que dos Indicadores de Análise se constata que a Autonomia Financeira da Câmara Municipal é de zero ponto noventa e um, a Cobertura do Imobilizado é de setenta e dois ponto trinta e cinco, a Liquidez Geral é de zero ponto quarenta e dois e a Liquidez Reduzida é de zero ponto trinta e seis, o que reflete as dificuldades de Tesouraria, sendo que os meios disponíveis cada vez com maior dificuldade chegam para a Autarquia poder honrar os seus compromissos.

O SENHOR PRESIDENTE agradeceu ao Senhor Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Dr. Hermínio da Fonseca, e complementou a apresentação feita, com alguns dados que julga serem também importantes.

Realçou da Análise da Execução Orçamental, que a Taxa de Execução da Despesa foi de oitenta e cinco vírgula cinquenta e um por cento, e a da Receita de oitenta e quatro vírgula cinquenta e quatro por cento, valores muito acima da taxa de execução média nacional das autarquias, aproximando-se das melhores taxas de execução.

Crê que num ano tão mau e difícil como o de dois mil e onze, ter conseguido aquela Taxa de Execução da Receita constitui, apesar de tudo, algo que merece ser realçado, significando que o Orçamento da Câmara Municipal de Benavente não sofreu dos empolamentos e da sobre orçamentação que levaram muitos municípios à desgraça em que vivem.

Observou, que o Grau de Concretização das Grandes Opções do Plano foi de setenta e um vírgula sessenta e um por cento, algo que considera também de relevante importância.

Referiu o comportamento das Receitas Correntes, na comparação com as Despesas Correntes, onde houve uma Poupança Corrente de seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e quatro euros e sessenta e um centimos, facto que melhora a situação da Câmara Municipal relativamente ao ano anterior e demonstra os cuidados e todas as cautelas que houve nas medidas de contenção que foram sendo tomadas, por forma a que aquele Equilíbrio Corrente fosse conseguido e que a Poupança Corrente pudesse reforçar o valor do Investimento.

Deu nota, que no respeito à composição das Receitas, o Imposto Municipal sobre Imóveis ficou aquém da previsão inicial, em cento e vinte e três mil, trezentos e setenta e um euros (valores previsionais), sendo que a Câmara Municipal apenas saberá quem fica a dever e poderá atuar contra os infratores, quando tiver acesso aos valores de liquidação.

Afirmou, que por sonegação de dados que eram importantíssimos, a Câmara Municipal limita-se a receber os montantes transferidos, e considerou que o sigilo fiscal apenas protege os que não pagam e os que não executam o que é devido aos municípios, mas são muito pressurosos em cobrar e penhorar as dívidas ao Estado.

Disse, que tal como era esperado, há uma quebra de seiscentos e vinte e sete mil, trezentos e dezoito euros no Imposto Municipal de Transmissões sobre Imóveis, enquanto surpreendentemente a Derrama rendeu mais cento e sessenta e dois mil, novecentos e dezasseis euros do que o valor estimado.

Por outro lado, o Resultado da Execução da Contribuição Especial, objeto de tantas reclamações por parte dos munícipes que são obrigados a pagá-la, foi de nove mil, cento e cinquenta e oito euros, configurando que alguém está a ficar com aquela contribuição, paga pelos munícipes, porque não está a ser transferida para os cofres dos municípios.

Referiu, que o Grau de Concretização do Investimento foi de oitenta e dois vírgula vinte e um por cento, o que demonstra também a procura de rigor da Câmara Municipal de Benavente e realçou que, de facto, a Autarquia não conseguiu milagre nenhum, mas conseguiu tomar as decisões certas atempadamente, por forma a que a quebra, quer proveniente da economia nos Impostos Diretos, quer das transferências do Orçamento de Estado, pudesse ser atenuada.

Observou, que prevendo a Tróika que no próximo ano haja novos cortes nas transferências do Orçamento de Estado para as autarquias, e caso a economia continue a decrescer, aproxima-se o momento de a Câmara Municipal ter que tomar novas medidas de contenção, não havendo outra forma de resolver os compromissos que não seja cortar na Despesa, implicando a paragem de alguns serviços para manter a saúde financeira do Município.

Concluiu, dizendo que apesar de tudo, a Câmara Municipal não utilizou a Capacidade de Endividamento prevista na Lei das Finanças Locais e ainda que, em resultado do rateio, venha a ter que recorrer a algum empréstimo, tratar-se-á dum valor sempre inferior àquele que vai amortizar, visando manter uma situação financeira que permita que o futuro não fique comprometido.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ agradeceu as explicações prestadas pelo Senhor Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Dr. Hermínio da Fonseca, e pelo Senhor Presidente.

Questionou, qual o Detalhe das Imobilizações em Curso, quer o que está em bens do domínio público, quer em Imobilizações Incorpóreas.

Observou, que se mantém a questão recorrente do imobilizado, apontada também pelo Revisor Oficial de Contas, que alerta ainda para a necessidade de realizar trabalho em termos de inventariação, havendo dúvidas sobre a totalidade de inventariação de todos os ativos, nomeadamente dos bens municipais quer do domínio público, quer do domínio privado.

Sugeriu a utilização de alguns recursos humanos que, fruto da redução da atividade económica, estejam de alguma forma subaproveitados em determinados departamentos, para se iniciar aquele trabalho.

Deu nota, que o Detalhe das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo indicado tem uma diferença de vinte e sete euros e setenta cêntimos em relação ao valor que aparece na mesma Rubrica do Balanço.

Questionou, quais os valores incluídos no Detalhe das Rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Diferimentos Passivos.

Disse terem-lhe surgido dúvidas no Detalhe dos Valores a Pagar, porque lhe parece conter alguns valores bastante antigos, nomeadamente uma conta que refere *“garantias anteriores a dois mil e dois”*, uma outra que refere *“depósitos de garantia – águas”* e ainda uma terceira conta que refere *“valor a pagar à SILVEX”*.

Questionou, se a totalidade do valor que aparece em Outros Proveitos Extraordinários se deve ao reconhecimento da parte dos subsídios recebidos para os imobilizados, ou o que mais está ali incluído.

Pretendeu saber em que conta está registada a dívida da Estradas de Portugal, por contrapartida de capital, observando que a mesma não foi provisionada, estando considerada como uma dívida de cobrança duvidosa, embora considere que a cobrança daquele valor vai ser bastante difícil, duvidando que, no futuro, a Câmara Municipal consiga realizar o influxo monetário correspondente à totalidade do valor.

Disse já ter verificado que o Mapa de Movimentação dos Ativos, nomeadamente no que se refere aos Bens do Domínio Público, não concilia a movimentação com os valores brutos, e a soma do valor indicado na nota 8.2.7 com as Imobilizações em Curso não está certa.

Concluiu, questionando quais foram as conclusões do Revisor Oficial de Contas e qual a sua posição relativamente às contas apresentadas.

O SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, Dr. Hermínio da Fonseca, informou que o Detalhe das Imobilizações em Curso consta do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do património do Município de Benavente.

Explicitou, que no Imobilizado em Curso do Domínio Público, estão ainda por inventariar as obras de construção do parque infantil dos Foros de Almada, em Santo Estêvão; reconstrução da zona da Fateixa, em Benavente; arranjos exteriores da Urbanização de Vale Bispo, na Barrosa; arranjos exteriores da Urbanização da Ribasor, em Benavente; ajardinamento do Loteamento de Joaquim Fernandes, no Porto Alto; Circular Urbana de Samora Correia e asfaltamento de lombas.

No que se refere às Imobilizações Incorpóreas, trata-se da Revisão do Plano Diretor Municipal e de um estudo / projeto de eficiência energética da rede de iluminação pública, que ainda não estão concluídos.

Esclareceu, que a diferença de vinte e três euros e setenta cêntimos verificada entre o Detalhe das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo e o valor que aparece na mesma Rubrica do Balanço, se deve a uma nota de crédito da empresa ET – Empresa de Export, Import, que não estava incluída na listagem, e que o mapa já foi retificado de forma a incluir esta nota de crédito. Observou, que o Detalhe das Rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Diferimentos Passivos consta do mapa que integra o Inventário, sendo que os Acréscimos de Custos têm valores significativos, nomeadamente seiscentos e vinte seis mil, setecentos e dezassete euros e doze cêntimos, relativos ao custos com o pessoal, férias e subsídios de férias e respetivos encargos, bem como os encargos de cobrança dos impostos diretos relativos ao mês de Dezembro de 2011.

A conta dos Proveitos Diferidos corresponde, em termos de Balancete, a três contas distinta: Fundos Comunitários, cujos proveitos são reconhecidos na proporção das amortizações, e que correspondem a onze milhões, oitocentos e oitenta e um mil, oitocentos e trinta e nove euros; Cooperação Técnica, com financiamento de verbas da Administração Central, no montante de dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e quarenta e três euros, e uma verba de cento e quatro euros da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, correspondente a um dos projetos financiados, bem como as rendas de habitações pagas em dezembro, mas que respeitam ao mês de janeiro do ano imediato.

No que se refere ao conjunto de situações que aparecem no Detalhe dos Valores a Pagar, arrastando-se de há alguns anos a esta parte, trata-se de reforços de garantias prestadas em dinheiro, bem como garantias de operações urbanísticas, como é o caso da SILVEX (operação da ampliação das instalações, cujo valor será devolvido quando for emitida a respetiva licença e decidida a libertação da garantia).

Deu nota, que aqueles valores têm vindo a diminuir, face às deliberações da Câmara Municipal no sentido de libertar as garantias bancárias e proceder à devolução das retenções efetuadas.

Explicitou, que a verba de sessenta mil euros relativa a depósitos de garantia dos contratos de fornecimento de água constitui um problema por resolver já há alguns anos, porque a lei impunha que as mesmas fossem devolvidas a quem as prestou e, ao tentar-se efetuar o levantamento dos nomes e do valor da garantia prestada, não foi possível determinar a fiabilidade dos registos manuais em livro, apenas tendo sido devolvidos aqueles que foram solicitados pelos próprios.

Contudo, todos os valores das garantias que explicitou constituem Operações de Tesouraria.

Quanto aos outros Proveitos Extraordinários, pôde esclarecer de imediato que a verba de quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e cinco euros e trinta e cinco cêntimos são reconhecimento do proveito que foi diminuído aos diferimentos, tendo que se ver o detalhe do extrato da conta, por se tratar de um elevado número de lançamentos.

Deu conta, que o POCAL não possibilita a criação de provisões por dívidas do Estado, porque este pagar sempre as suas contas. No que concerne à dívida das Estradas de Portugal, admitiu que talvez devesse ser constituída uma provisão para dívidas em litigioso, atendendo ao eventual risco de a Câmara Municipal não a receber, por se tratar duma dívida que inicialmente era da extinta Junta Autónoma de Estradas, organismo do Estado, e entretanto foi transferida para as Estradas de Portugal, que não reconhece essa dívida, com os argumentos que estão a ser dirimidos no tribunal.

Observou, que a dívida está considerada em Acréscimo de Proveitos, sendo entendimento do Revisor Oficial de Contas que existindo o direito, o proveito tem que ser considerado e, não o podendo ser no próprio ano, porque iria distorcer a Demonstração de Resultados, deveria ser levado diretamente ao património. Explicitou, que o acréscimo de proveito é também ele uma incerteza, por natureza, podendo vir a concretizar-se ou não.

O SENHOR PRESIDENTE sugeriu, que seja analisado com o Revisor Oficial de Contas se, de facto, a questão relativa ao lançamento da dívida da Estradas de Portugal deve ser corrigida, atuando então de acordo com a sua nota ou ênfase.

O SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, Dr. Hermínio da Fonseca, reconheceu a existência do erro apontado pelo Senhor Vereador José Rodrigues da Avó relativamente à soma do valor indicado na nota 8.2.7 com as Imobilizações em Curso, que terá ocorrido aquando da transcrição manual dos parcelas do documento em *excell* para *word*, e que já se encontra corrigido.

O SENHOR PRESIDENTE agradeceu o precioso contributo do Senhor Vereador José Rodrigues da Avó, possuidor de conhecimentos na área.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores José Rodrigues da Avó e Ana Casquinha, aprovar os documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de dois mil e onze e que por fotocópia e depois de rubricados, ficam arquivados em pasta anexa à presente ata, encontrando-se totalmente elaborados e disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado, transitando da gerência anterior um saldo de 288.294,83 € (duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e quatro euros e oitenta e três cêntimos) e para a gerência seguinte, um saldo de 124.296,26 € (cento e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e seis euros e cinquenta e três cêntimos), sendo o Resultado Líquido do Exercício no montante de -519.904,01 € (menos quinhentos e dezanove mil, novecentos e quatro euros e um cêntimo), conforme proposto, submetendo os referidos documentos à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do

número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de onze de janeiro.

Ponto 2 – I REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE referiu, que a revisão em apreço se prende com a introdução do saldo de 124.296,26 € (cento e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e seis euros e cinquenta e três cêntimos), que transita da gerência anterior.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ questionou, quais os valores retirados aquando da primeira alteração ao Orçamento que não foram repostos na proposta em apreço.

O SENHOR PRESIDENTE explicitou, que apenas conseguiu repôr cerca de cinquenta mil euros na Estrada de Santo Estêvão, não repondo nenhum valor nas obras do balneário e polivalente de Santo Estêvão, face à assunção do compromisso da Creche e Jardim de Infância de Benavente, que é uma obra do QREN.

Observou, que apenas após a cobrança do Imposto Municipal Sobre Imóveis e do plano de pagamentos do Ministério da Educação (que deve à Câmara Municipal mais de quatrocentos mil euros) se poderá saber com que se pode contar até ao final do ano, sem comprometer a principal obrigação de não deixar resvalar a Autarquia para situações de aumento do endividamento a curto prazo.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores José Rodrigues da Avó e Ana Casquinha, aprovar as propostas do Senhor Presidente respeitantes à I Revisão Orçamental e à I Revisão das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) que, depois de rubricadas e por fotocópia, ficam apenas à presente ata, devendo as mesmas ser remetidas à discussão e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

02.01.06- Inventário e Cadastro

Ponto 3 - INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONSTITUTIVOS DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2011

Junto se anexa os documentos sobre o assunto mencionado em epígrafe.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador José Rodrigues da Avó, aprovar os documentos respeitantes ao inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do património do Município, referente ao exercício de dois mil e onze que, por fotocópia e depois de rubricados, ficam arquivados em pasta anexa à presente ata, submetendo-se os respetivos documentos à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de onze de janeiro.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e trinta e quatro minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, a subscrevi e assino.



Município de Benavente

ANEXO

- **I Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções
do Plano de 2012** (6 folhas)

Reunião da Câmara Municipal de 12 de abril de 2012

1.ª Revisão ao Orçamento

**da RECEITA e da DESPESA
para o ano financeiro de**



APROVAÇÃO

Câmara Municipal: Reunião de 12/04/2012
Assembleia Municipal: Sessão de __/04/2012



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Receita

Revisão Nº 1

Classificação Económica		Previsões Atuais	Modificações Orçamentais		Previsões Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
16	Saldo da gerência anterior					
1601	Saldo orçamental					
160101	Na posse do serviço	0,00	124.296,26		124.296,26	
	Outras Receitas:	0,00	124.296,26	0,00	124.296,26	
	Total de receitas correntes:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total de receitas de capital:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total de outras receitas:	0,00	124.296,26	0,00	124.296,26	
	Totais:	0,00	124.296,26	0,00	124.296,26	



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Revisão Nº 1

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02	Câmara Municipal e Serviços Municipais					
02 07	Aquisição de bens de capital					
02 0701	Investimentos					
02 070104	Construções diversas					
02 07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	500,00	90,00		590,00	
02 07010408	Viação rural	72.375,00	50.206,26		122.581,26	
02 08	Transferências de capital					
02 0805	Administração local					
02 080501	Continente					
02 08050101	Municípios	0,00	24.000,00		24.000,00	
02 0807	Instituições sem fins lucrativos					
02 080701	Instituições sem fins lucrativos	409.355,00	50.000,00		459.355,00	
Despesas de Capital:		482.230,00	124.296,26	0,00	606.526,26	
Total do Orgão 02:		482.230,00	124.296,26	0,00	606.526,26	
Total de despesas correntes:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Total de despesas de capital:		482.230,00	124.296,26	0,00	606.526,26	
Total de outras despesas:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Totais:		482.230,00	124.296,26	0,00	606.526,26	

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



1.^a Revisão às GRANDES OPÇÕES DO PLANO

para o ano financeiro de

2012

APROVAÇÃO

Câmara Municipal: Reunião de 12/04/2012
Assembleia Municipal: Sessão de ___/04/2012



Município de Benavente

MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012

Revisão Nº 1

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas										Anos Seguintes			
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Modificação		Dotação Corrigida										
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2013	2014	2015	2016 e seguintes				
04						ACÇÃO SOCIAL						448.245,00	50.000,00	498.245,00	50.000,00	-50.000,00	498.245,00	0,00	498.245,00						
04	001					Solidariedade Social						448.245,00	50.000,00	498.245,00	50.000,00	-50.000,00	498.245,00	0,00	498.245,00						
04	001	2012	505C			Apoio à construção nova creche Benavente	02	080701	02	01/12	12/12	50.000,00	50.000,00	100.000,00	50.000,00	-50.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00						
05						SAÚDE						0,00	0,00	0,00	24.000,00		24.000,00	0,00	24.000,00	400.000,00	37.871,00				
05	002					Acessos Novo Hospital Vila Franca de Xira						0,00	0,00	0,00	24.000,00		24.000,00	0,00	24.000,00	400.000,00	37.871,00				
05	002	2012	5051			Acordo de Colaboração - Acessos e Obras Complementares ao Novo Hospital de Vila Franca de Xira	02	08050101	01	05/12	12/14	0,00	0,00	0,00	24.000,00		24.000,00	0,00	24.000,00	400.000,00	37.871,00				
09						AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO						1.020.474,00	84.480,00	1.104.954,00	90,00		1.020.564,00	84.480,00	1.105.044,00						
09	001					Saneamento						41.974,00	34.480,00	76.454,00	90,00		42.064,00	34.480,00	76.544,00						
09	001	2009	23			Execução da rede águas residuais na urbanização do telhal em Porto Alto	02	07010402	03	01/09	12/12	0,00	0,00	0,00	90,00		90,00	0,00	90,00						
12						COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES						825.737,00	368.519,00	1.194.256,00	50.206,26		875.943,26	368.519,00	1.244.462,26						
12	002					Rede Viária e sinalização						132.375,00	45.000,00	177.375,00	50.206,26		182.581,26	45.000,00	227.581,26						
12	002	2008	44			Ligação de Santo estevão à Estrada dos Alemães	02	07010408	03	01/08	12/12	0,00	0,00	0,00	150,00		150,00	0,00	150,00						
12	002	2011	25			Pavimentação de caminhos em Santo Estevão	02	07010408	03	01/12	12/12	30.000,00	0,00	30.000,00	50.056,26		80.056,26	0,00	80.056,26						
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												80.000,00	50.000,00	130.000,00	124.296,26	-50.000,00	204.296,26	0,00	204.296,26	400.000,00	37.871,00		0,00	0,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____



MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012

Revisão Nº 1

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental		Despesas														
									Anos Seguintes														
		Dotação Atual							Modificação					Dotação Corrigida									
		2013	2014						2015	2016	Total	2013	2014	2015	2016 e seguintes	Total	2013	2014	2015	2016	Total		
05					SAÚDE						400.000,00	37.871,00			437.871,00	400.000,00	37.871,00			437.871,00			
05	002				Acessos Novo Hospital Vila Franca de Xira						400.000,00	37.871,00			437.871,00	400.000,00	37.871,00			437.871,00			
05	002	2012	5051		Acordo de Colaboração - Acessos e Obras Complementares ao Novo Hospital de Vila Franca de Xira	02	08050101				400.000,00	37.871,00			437.871,00	400.000,00	37.871,00			437.871,00			
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	37.871,00	0,00	0,00	437.871,00	400.000,00	37.871,00	0,00	0,00	437.871,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____
